

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, primeiramente gostaria de manifestar também a nossa posição aqui, na verdade, já manifestada aqui pelo nosso líder, deputado Raul Marcelo, em relação ao PL 4330 que, em tese, seria discutido hoje na Câmara dos Deputados. É um projeto pautado pelo presidente da Câmara Federal, o deputado Eduardo Cunha, que é citado na Operação Lava Jato, investigado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, que tem uma ficha corrida, capivara envolvido em vários casos de corrupção. Desde a época do Collor estava envolvido com PC Farias, envolvido na Telerj, no esquema do Garotinho. Tem várias denúncias contra ele. É só puxar a ficha corrida do deputado Eduardo Cunha que está pautando esse nefasto Projeto 4330, que ataca frontalmente os direitos dos trabalhadores brasileiros, que afronta o CLT, que afronta a Constituição Federal. É um verdadeiro absurdo.

Registro também que fiquei perplexo com a presença do Eduardo Cunha aqui, na Assembleia Legislativa, há alguns dias. Ele foi recebido aqui com tapete vermelho, bajulado por vários deputados, uma pessoa que responde vários processos na Polícia Federal e no Ministério Público. Todo mundo conhece o Eduardo Cunha, a sua história e foi aqui quase homenageado, bajulado aqui por vários deputados. É uma vergonha para a Assembleia Legislativa, que ficou com a sua imagem maculada e isso ficou registrado nos Anais da Casa.

As pessoas que participaram aqui da audiência pública se manifestaram, vaiando o deputado Eduardo Cunha, e elas foram colocadas para fora. O Eduardo Cunha foi recebido com tapete vermelho, um corrupto e a população colocada para fora do plenário.

O fato é que ele pautou um projeto como esse contra os trabalhadores, contra quem trabalha, contra o mundo do trabalho. É um verdadeiro absurdo. Por isso que a nossa bancada, em Brasília, está mobilizada. Ela é pequena, mas é bem articulada e participa de um processo de obstrução contra a aprovação desse projeto que amplia o processo de terceirização do trabalho.

Estamos vivendo aqui uma greve dos professores, que tem a ver com esse projeto quando falamos dos professores Categoria "O", professores contratados também num regime extremamente precário e que tem certa semelhança com esse PL 4330. A nossa posição é de contrariedade e estamos agindo já nas ruas e no Congresso Nacional para que o projeto não seja votado.

Quero ainda aproveitar a oportunidade para reafirmar aqui a nossa audiência pública. Amanhã, teremos uma grande audiência pública em defesa dos professores da Rede Estadual de Ensino, em defesa da greve dos professores.

Faço um apelo aqui às deputadas e aos deputados, que realmente são defensores do magistério público e da educação pública, que participem da grande audiência pública amanhã, às 15 horas, no Plenário Franco Montoro. Teremos a participação de professores da rede estadual de ensino. Por favor, participem e defendam os professores da rede estadual, que estão fazendo justas reivindicações, importantes para a defesa da carreira do Magistério, mas, sobretudo, para a defesa da educação pública, gratuita e democrática de qualidade.

Temos aqui a pauta que estamos defendendo, juntamente com os nossos colegas professores da rede estadual. Digo aos nossos colegas porque eu também sou professor da rede pública de ensino. Trabalhei 20 anos na rede estadual e na rede municipal. Temos um mandato orgânico que faz parte dessa categoria, e gostaria só de fazer esclarecimentos aos deputados sobre as principais reivindicações.

A primeira delas é a conversão do bônus em reajuste salarial. Os professores defendem uma política que valorize o salário-base, e não bonificação, gratificação, porque isso destrói a carreira, o salário-base, e prejudica, sobretudo, os aposentados e pensionistas pela implantação da jornada do piso. O Piso Salarial Nacional não é respeitado aqui no estado de São Paulo, o estado mais rico da Federação.

Em relação à reabertura de classes e períodos fechados, é um absurdo o que aconteceu agora no início do ano letivo. O governador Geraldo Alckmin fechou 3.300 salas em todo o estado de São Paulo: as salas foram suprimidas das escolas. Com isso, houve o agravamento da superlotação de salas, porque já tínhamos esse fenômeno. Agora, com o fechamento das 3.300 salas, a situação piorou, e é por isso que exigimos a reabertura das salas e dos períodos fechados. O número de alunos por salas de, no máximo, 25, para que o professor possa dar aula e oferecer qualidade de ensino. E nem duzentena, nem quatrocenta. Eu me refiro aos professores categoria "O" que são contratados nesse regime precarizado. O professor da rede estadual é contratado hoje, em caráter excepcional, por apenas um ano. E, terminado o contrato, o professor não volta mais para a sala de aula. A escola fica sem professor durante um ano, ficando o professor impedido de voltar. É um absurdo.

Quando nós lutamos para que o professor possa permanecer mais tempo nas escolas, durante anos, para acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, o processo de ensino-aprendizagem, o projeto pedagógico da escola, o Estado vai na contramão e aprova uma legislação para expulsar o professor da sala de aula. É um crime, um atentado contra os professores e contra as crianças e adolescentes da rede estadual.

Continuando: por uma nova forma de contratação de professores temporários, com garantias e direitos de um professor contratado nesse regime. Eu me refiro a um número significativo, deputado Barba, V. Exa. que é um sindicalista atuante e combativo. Os professores da rede estadual, nessa situação, representam quase 50 mil professores, com regime precarizado. É quase que uma rede de ensino, como a rede municipal de São Paulo. Isso é um crime contra os trabalhadores.

Sobre a garantia de atendimento médico no lamspe para os professores categoria "O": são 50 mil professores que não têm direito à utilização do Hospital do Servidor Público. O professor não pode adoecer. Se ele ficar doente não tem atendimento para ele.

Ainda: convocação e ingresso de todos os professores concursados. Teve concurso, mas os professores não são convocados; garantia de professores coordenadores pedagógicos. O Estado cortou o número de professores coordenadores pedagógicos nas escolas estaduais. É um absurdo total. As escolas precisam de coordenação pedagógica em cada período, têm de ter diretor, assistente ou vice-diretor. As escolas têm de trabalhar o projeto pedagógico e a formação de professores. O Estado diminuiu muito o número de cargos nessa área.

Pelo fim da lei de faltas médicas e fim da perseguição aos professores nas perícias médicas. Eu não me canso de denunciar o departamento de perícias médicas no estado de São Paulo, que é a casa dos horrores. Trata mal os funcionários, não publica as licenças, as perícias. Nós até já fomos ao Ministério Público, que abriu inquérito civil contra o departamento de perícias médicas. É um dos departamentos mais criticados pelos servidores públicos do estado de São Paulo.

Pela aceleração dos processos de aposentadoria. Um professor hoje, no estado, mesmo já tendo dado a sua contribuição, tendo tempo de contribuição e idade adequada, demora três, quatro, cinco anos para poder se aposentar por conta da burocracia da máquina do Estado que não funciona.

Pela correção das distorções do plano de carreira. Nós queremos um novo plano de carreira para o Magistério estadual.

Pelo fim do projeto excludente da escola de tempo integral. A escola de tempo integral é uma verdadeira farsa no estado de São Paulo. Ela representa um marketing político-eleitoral para o governo estadual do PSDB, mas não funciona. Falta estrutura de funcionamento e os professores denunciam sistematicamente essa farsa. Nós não somos conta a escola de tempo integral, somos a favor, mas não dessa escola integral do PSDB. Essa escola tuicana do PSDB é uma verdadeira farsa. Faço um desafio: deputados e deputadas, visitem escolas de tempo integral, conversem com os professores, com os alunos e com os pais de alunos e V. Exas. terão uma noção da farsa da escola tuicana de tempo integral.

Pelo fim do assédio moral. Embora tenhamos aprovado o fim da lei da mordação, existe muito assédio moral em cima de educadores e educadoras.

Pelo fim do corte de verbas de escolas estaduais. Todos acompanharam, eu mesmo denunciei exaustivamente, quase semanalmente, que o governador Geraldo Alckmin cortou as verbas das escolas no final do ano passado e no início deste ano. As escolas iniciaram o ano letivo sem dinheiro para comprar papel higiênico, para comprar material de higiene. É um crime. As escolas iniciaram o ano letivo sem papel sulfite. Nós queremos que essas verbas sejam devolvidas para as escolas estaduais.

Aumento do valor do vale-alimentação e do vale-transporte. Hoje o vale-alimentação de um professor da rede estadual é de apenas oito reais. É o que o governo Alckmin paga para um professor se alimentar, oito reais. O vale-alimentação é conhecido como "vale-coxinha". É o valor de uma refeição oferecida a um professor da rede estadual de ensino, por isso que os professores apelidaram o vale-refeição da rede estadual. Na verdade é o mesmo valor para a maioria dos servidores, da Segurança Pública, do sistema prisional, da Saúde, oito reais.

Como vamos oferecer uma Educação Pública de qualidade para os nossos alunos com professores com salários arrocados, defasados, com professores vítimas do regime precarizado, professores categoria "O", com violência nas escolas, com salas superlotadas, com cortes de verbas até para comprar papel higiênico?

A presidente Dilma cortou verbas da Educação no governo federal, que penalizou as universidades federais. Nós somos contra e criticamos a presidente Dilma pelos cortes que ela fez. Fez um corte de sete bilhões no Ministério da Educação, é um verdadeiro absurdo, penalizando os alunos do Fies, penalizando os alunos do Pronatec, deixando as universidades federais em uma situação de extrema dificuldade.

O governador Geraldo Alckmin fez o mesmo aqui. Acho que há uma concorrência para ver quem destrói mais a Educação, quem prejudica mais a Educação, se é PT em nível nacional ou se é o Alckmin aqui. É uma concorrência. Vamos ver quem prejudica mais a Educação. "Pátria Educadora" é uma balela. Não existe "Pátria Educadora". Aqui em São Paulo a situação é tão grave quanto. Não sei o que é pior. O único alento que tivemos, a meu ver, foi a nomeação do novo ministro da Educação. A nomeação do ministro Renato Janine foi a única bola dentro da presidente Dilma. É um ministro sério, professor de ética e filosofia da Universidade de São Paulo, com boas intenções e um histórico muito interessante. Espero que ele consiga, mesmo com esses cortes, fazer um bom trabalho.

De qualquer forma, denunciaremos o massacre que vem sofrendo o magistério estadual por conta dos governos do PSDB. São 20 anos de destruição da Educação estadual. São 20 anos de destruição do Estatuto do Magistério Paulista. Os professores não aguentam mais. Por isso que estamos vivendo uma grande crise na Educação. Há um massacre, um apagão na área da Educação. Não dá mais para ser professor no estado de São Paulo nessas condições. Por isso que em uma última pesquisa publicada recentemente três mil professores pediram exoneração da rede estadual por conta dessas precárias condições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Agradeço o poder de síntese de Vossa Excelência.

Está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, esta Presidência adita à Ordem do Dia o Projeto de lei Complementar nº 32, de 2012, que tramita em regime de urgência.

Antes de dar por levantados os trabalhos, convoco V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, com o aditamento ora anunciado. Lembro V. Exas. da sessão extraordinária a realizar-se às 20 horas e 10 minutos.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 57 minutos.

7 DE ABRIL DE 2015 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: **FERNANDO CAPEZ**

RESUMO

ORDEM DO DIA

- 1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Abre a sessão. Coloca em votação a PEC 11/13.
- 2 - MARCIA LIA Encaminha a votação da PEC 11/13, em nome da Minoria.
- 3 - ATILA JACOMUSSI Encaminha a votação da PEC 11/13, em nome do PCdoB.
- 4 - RAUL MARCELO Encaminha a votação da PEC 11/13, em nome do PSOL.
- 5 - CAMPOS MACHADO Encaminha a votação da PEC 11/13, em nome do PTB.
- 6 - RAFAEL SILVA Encaminha a votação da PEC 11/13, em nome do PDT.
- 7 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Coloca em votação e declara aprovada a PEC 11/13, salvo emendas e partes destacadas.
- 8 - MILTON LEITE FILHO Requer verificação de votação.
- 9 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
- 10 - JOÃO PAULO RILLO Informa que a bancada do PT está em obstrução ao processo.
- 11 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR Informa que a bancada do PRB está em obstrução ao processo.
- 12 - MILTON LEITE FILHO Informa que a bancada do DEM está em obstrução ao processo.
- 13 - ATILA JACOMUSSI Informa que a bancada do PCdoB está em obstrução ao processo.
- 14 - RAUL MARCELO Informa que a bancada do PSOL está em obstrução ao processo.
- 15 - MÁRCIO CAMARGO Informa que a bancada do PSC está em obstrução ao processo.
- 16 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ Registra as manifestações. Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação da PEC 11/13.
- 17 - JOÃO PAULO RILLO Declara voto favorável à emenda apresentada pela bancada do PT.

18 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Registra a manifestação. Coloca em votação e declara aprovada, destacadamente, as expressões constantes do Art. 2º e sua disposição transitória. Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas nºs 1 e 2. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposta de Emenda à Constituição.

Votação, em 1º turno, adiada - Proposta de emenda nº 11, de 2013, à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Governador. Dá nova redação ao artigo 146, com o objetivo de ampliar o universo dos municípios beneficiários dos recursos vinculados ao Fundo de Melhoria das Estâncias. Com 2 emendas. Parecer nº 183, de 2014, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável à proposta e contrário às emendas. (Com requerimento de método de votação aprovado).

Em votação.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela minoria.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para encaminhar a votação pela Minoria, tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia.

A SRA. MARCIA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, hoje estamos votando temas extremamente importantes nesta Casa de Leis, pois o estado de São Paulo tem uma diversidade turística importantíssima para nossa economia.

O Partido dos Trabalhadores votou favoravelmente ao PLC nº 32, de 2012, que acabou de ser votado, e também votará favoravelmente à PEC nº 11, de 2013, para que o estado de São Paulo possa crescer e se desenvolver cada dia mais e para que o turismo seja, de fato, uma fonte de receita para nossos municípios de interesse turístico.

Quero aproveitar esta oportunidade para me manifestar a respeito do dia de hoje. Hoje, dia 7 de abril, comemoramos o "Dia Mundial da Saúde". Temos uma população extremamente grande, o Brasil é um país de dimensões continentais. Temos historicamente uma população que precisa de atendimentos básicos de Saúde, e hoje estamos aqui para comemorar e para nos manifestar sobre questões relativas à Saúde pública.

Nossa Constituição Federal de 1988 garantiu a nossos cidadãos e nossas cidadãs o direito à Saúde e o dever do Estado de prestar essa assistência de forma digna, para atender às necessidades da população brasileira. Nós vivenciamos alguns momentos bastante difíceis nos últimos anos em relação ao custeio da Saúde pública, como o fim da CPMF, uma contribuição que era - ou deveria ser - direcionada para o custeio da Saúde pública.

A Constituição garante a todo cidadão o direito à Saúde de forma gratuita e universal, mas tive a oportunidade de vivenciar algumas situações de pessoas que vivem em aldeias indígenas, que vivem no interior do estado do Amazonas, que vivem em florestas e que não tinham acesso digno à Saúde pública. Algum tempo atrás tivemos uma grande oportunidade neste País, que foi a criação do programa "Mais Médicos". Esse programa trouxe ao Brasil muitos profissionais que se dispuseram a ir a longínquos municípios ribeirinhos, nos quais os médicos formados nas universidades públicas, como a USP e a Unicamp, não têm interesse de prestar atendimento de qualidade.

Vivemos um momento neste País no qual houve uma modificação substancial no atendimento à Saúde, no atendimento básico. Eu viajei muito pelo interior do estado de São Paulo e tive a oportunidade, em vários pequenos municípios, de conhecer o programa "Mais Médicos", de conversar com os médicos e com a população atendida por eles.

Hoje, no "Dia Mundial da Saúde", o programa "Mais Médicos" deve ser comemorado. Mas o que temos visto, o que a imprensa nos traz? A imprensa traz que no último dia 27, pasmem, senhores deputados desta Casa, foi apresentado um projeto de lei no senado federal pelos senadores Cássio Cunha Lima, do PSDB da Paraíba, e pelo senador Aloysio Nunes, do PSDB de São Paulo.

Eles propõem nesse projeto que seja anulado o termo firmado entre o governo e a Organização Pan-americana de Saúde. Pasmem, deputados e deputadas. O que significaria isso para a população brasileira? Significaria que perderíamos quase 12 mil médicos que hoje atendem nossa população pobre, que não tem plano de Saúde, que precisa do atendimento básico, que precisa do atendimento no próprio bairro.

Se nós temos motivos para comemorar os avanços que o SUS trouxe para o Brasil a partir da Constituição cidadã de 1988, nós temos que nos deparar com essa proposta de projeto de lei que ceifa na raiz do povo brasileiro um atendimento que está sendo prestado com qualidade, caso seja aprovada em Brasília.

As pessoas externam de forma definitiva como o programa "Mais Médicos" mudou a relação do médico com o paciente, como o programa "Mais Médicos" melhorou o atendimento das pessoas que vivem nos nossos longínquos sertões deste grande País de dimensão continental.

Neste dia, em que esta Casa de Leis vota projetos tão importantes, do cunho dos que estamos votando, para que o estado de São Paulo possa melhorar sua condição de um estado que oferece turismo de qualidade para seus cidadãos, nós também temos que nos posicionar contra esse projeto de lei dos senadores Cássio Cunha Lima e Aloysio Nunes, que pretendem que seja interrompido o convênio do programa "Mais Médicos".

Então, no "Dia Mundial da Saúde" nós temos também que nos manifestar, com um sentimento de pesar por esse projeto de lei que, infelizmente, vai fazer com que a população brasileira tenha de volta a precariedade no atendimento da Saúde pública.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ATILA JACOMUSSI - PCdoB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela bancada do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para encaminhar a votação pela bancada do PCdoB, tem a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi.

O SR. ATILA JACOMUSSI - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, funcionários desta Casa e o prefeito de Ilhabela, Colúcci, meu grande amigo. Estive recentemente nessa grande estância turística no litoral norte do estado de São Paulo. Em nome da deputada Leci Brandão e da bancada do PCdoB, estou encaminhando este voto devido à importância da ampliação do universo dos municípios beneficiários dos recursos vinculados ao Fundo de Melhoria das Estâncias.

Na nossa região do Grande ABC, temos uma cidade muito importante que é a de Ribeirão Pires, também considerada estância turística. Sabemos da importância das pequenas cidades, que infelizmente não têm grande orçamento público e muitas vezes buscam uma complementação de renda. Esse projeto visa principalmente incentivar que pequenas cidades possuidoras de um legado de história e uma complexidade cultural tenham a oportunidade, assim como outras cidades, de receber recursos e se desenvolver. Como deputado, quero encaminhar meu voto e o da deputada Leci Brandão pela aprovação da PEC 11/13.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em votação.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para encaminhar a votação pela bancada do PSOL, tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, quero manifestar o apoio da bancada do PSOL à ampliação das estâncias turísticas no estado de São Paulo, de 70 para 210, e também dizer que é muito importante a ampliação do repasse em 11% para que essas cidades possam desenvolver nosso turismo. Mas quero reafirmar ao secretário que visita a Assembleia Legislativa, que o Brasil recebeu, em 2013, seis milhões de visitantes estrangeiros. A cidade de Paris recebeu mais de 15 milhões. O Uruguai recebeu um número de visitantes estrangeiros igual à sua população: 3.200.000. O Brasil tem tantos recursos naturais, assim como o estado de São Paulo, que possui 40 milhões de habitantes. Temos a reserva da mata atlântica no Vale do Ribeira, o litoral de São Paulo e a Serra do Japi, em Jundiá, uma área de preservação importante. Temos ainda a região de Prudente, de Rosana, São José dos Campos, Americana; enfim, são muitas as regiões do estado de São Paulo que possuem beleza natural, cultura, culinária e uma série de atrativos. No entanto, o turismo não acontece, não só no estado de São Paulo, mas no Brasil.

E aqui eu gostaria de entrar num tema importante que, infelizmente se tornou polêmico no Brasil, que é o da Segurança Pública. Infelizmente, o estado de São Paulo tem índices de homicídio epidêmicos, de zona de guerra. É por isso que não recebemos visitantes do turista estrangeiro. Quero desejar ao secretário boa sorte à frente dessa pasta, que tem potencial para gerar milhares e milhares de empregos, além de atrair investimentos. Mas, para isso, é preciso caminhar de forma casada com a pasta de Segurança Pública, porque ninguém virá a São Paulo visitar um estado que tem taxa de homicídio de zona de guerra. Ninguém vai vir visitar São Paulo com os furtos, ampliando a cada dia e cada ano que passa. Não vêm.

Não é com redução da maioridade penal, senador Aloysio Nunes, de São Paulo; está defendendo que para melhorar a Segurança tem que reduzir a maioridade penal. Está equivocando V.Exa, que foi vice-governador, junto com Fleury, e foi um governo inclusive marcado por escândalo, porque não avançou nada em matéria de Segurança Pública.

Vossa Excelência quer colocar um adolescente de 16 ou 17 anos no sistema prisional? Vai virar um trapo lá. Vai ficar na mão do PCC. Vai ter que levar familiar, porque atua na área dos Direitos Humanos, sou advogado, o preso que não entra no PCC tem que levar a família lá, a irmã, às vezes até a mãe, para poder ter integridade física protegida dentro do sistema prisional. É isso. Tem que se constituir a família, para não ter a violação no seu corpo dentro do sistema prisional.

Vossa Excelência, presidente deputado Fernando Capez, conhece, atuou comigo na Comissão dos Direitos Humanos desta Casa durante quatro anos, e sabe que o nosso sistema prisional tem um índice de reincidência de 70%, e não existe prisão perpétua no Brasil. O preso vai sair um dia.

A discussão que temos que fazer é: nós queremos que ele saia melhor ou pior? E a medida sócio-educativa que aprogeio o ECA, qual é a ideia? A ideia é dar um tratamento diferenciado para o adolescente. Essa é a ideia.

E vou dizer. Há muitos problemas. Sempre fui crítico à aplicação do ECA no nosso Estado. Sempre critiquei a Secretaria que toca a antiga Febem, atualmente a Fundação Casa. Mas o índice de reincidência da Fundação Casa é de 20 a 30%, não é de 70%, portanto, é melhor que o sistema prisional.

E o Aloysio Nunes, lá no Senado, dá entrevista defendendo. Recentemente o vi no Globo News. O homem foi vice-governador de São Paulo e não avançou nada em matéria de Segurança Pública. Nada, defendendo que é preciso pôr os adolescentes no sistema prisional. Ou é falta de informação, coisa que ele não tem, porque é formado em Direito, e portanto tem obrigação de conhecer um pouquinho, inclusive de que é cláusula pétrea. É cláusula pétrea, 228 da nossa Constituição, garantias e direitos. Não podemos mexer, só se fizermos uma nova Constituição.

Aliás, o Brasil é signatário do pacto São José da Costa Rica, tem força também de mandato constitucional. Não é possível reduzir a idade penal. E o Sr. Aloysio sabe disso.

Está fazendo o que o atual presidente da Câmara dos Deputados? Uma coisa que em política nós conhecemos bem. É uma manobra diversionista. Ele está arrolado na Lava Jato. Tem uma ficha corrida imensa. Chegou à política pelas mãos do PC Farias. O Sr. Renan Calheiros também está enrolado até o pescoço na Lava Jato. E aí começa a colocar matéria polêmica no Congresso, para poder tirar o foco da investigação que paira sobre ele. Colocou a redução da maioridade penal, mas sabe que não vai caminhar essa situação, porque nosso STF hoje, em que pese termos lá o Gilmar Mendes, é um STF garatista. Alguns magistrados têm preocupação, sim, que o Brasil continue seguindo os tratados internacionais em matéria de Direitos Humanos, têm preocupação em defender os direitos e garantias fundamentais previstos no Art. 5º.

Portanto, mesmo que o Congresso Nacional aprove, essa matéria não vai caminhar diante de um Supremo Tribunal Federal. É matéria diversionista.

E agora colocou esse PL para "pejotizar" todos. Todos vão virar pessoa jurídica no Brasil, para prestar serviço. É como se, de fato, nós tivéssemos condição, como se nós fôssemos a Suíça aqui: todos têm estrutura para poder negociar a sua força de trabalho, em condições de fato para advogar um bom salário.

Se nós fizermos a "pejotização" no Brasil, teremos pessoas trabalhando por um prato de comida, porque essa é a situação. Temos 30% da nossa população que, infelizmente, está legada a uma vida de humilhação e precariedade, que vai vender a sua força de trabalho por qualquer coisa, para poder sobreviver.

A CLT tem uma série de problemas, mas no atual quadro social do Brasil ela é um direito, uma garantia importante para uma parte da nossa população, que vive uma situação de extrema pobreza e frágil.

Sr. Presidente, é muita contradição. O governo quer mexer na Constituição do Estado, para ter uma política um pouco mais avançada de turismo. Vamos votar a favor, é importante. Turismo é fundamental, é dinheiro limpo que entra no País, movimenta a economia, gera emprego e renda.

Agora, nós sabemos que o entrave ao turismo no Brasil não são as belezas naturais, não é a questão portuária nem aeroportuária. A Copa mostrou isso muito bem. Há aeroportos no país. Aqui no estado de São Paulo nós temos vários regionais e aeroportos regionais, como os aeroportos de Campinas, de São Paulo, de Guarulhos e por aí vai.

O problema no Brasil é a Segurança Pública. O Congresso Nacional e esta Casa, que tem responsabilidade, precisam discutir urgentemente uma profunda reforma na nossa estrutura de Segurança Pública. Porque sem ela, o secretário pode ser o mais brilhante do mundo, pode colocar um secretário pós-PHD em qualquer universidade do planeta aqui para chefiar essa secretaria: não vai conseguir avançar.